

VIVENDO NO FIM DOS TEMPOS DE SLAVOY ZIZEK

LEANDRO CANDIDO DE SOUZA*

[Livro: ŽIŽEK, Slavoj. *O Ano em que Sonhamos Perigosamente*.
Trad. Rogério Bettoni. São Paulo. Boitempo, 2012. 140p.]

O desdobramento dos protestos puxados pelo Movimento Passe Livre contra o aumento das tarifas de ônibus em todo o país e a tentativa posterior, por parte das grandes corporações da mídia burguesa, de convertê-los em marchas cívico-patrióticas, impuseram-nos, ambos, um complexo problemático que sabíamos existir mesmo quando ignorávamos que tais acontecimentos pudessem nos dizer respeito. A partir de então, o Brasil pareceu finalmente ingressar no concerto geral das nações, contribuindo ao seu modo para os múltiplos distintos levantes populares ocorridos em diversas partes do globo (indignados na Espanha, *Occupy Wall Street*, Primavera Árabe, estudantes no Chile, protestos na Grécia etc.). E a semelhança deve ser observada

especialmente após o encontro nada casual que se deu, ao longo desse processo, entre avezados nazifascistas radicais e seus apoiadores de partidos da extrema-direita, passando por uma grande quantidade de consumidores fúteis de classe média sobre os quais os que sempre estiveram no poder depositaram suas reivindicações.

Na contagem final, as duas pontas desse novo momento: a reaparição do “populacho” na história (como referia Hegel) e a nudez da aliança perversa entre partidos de direita e extrema direita, agrupamentos paramilitares de proletários ultrarreacionários intolerantes e uma grande massa de manobra composta por patriotas dispostos a incentivar o uso da força contra qualquer projeto que não porte reivindicações estritamente individuais. Cabendo única exceção às reivindicações coletivas que se apresentem sob o signo da nação, da etnia ou da moral religiosa. Passamos, em menos de uma semana, do estimulante processo emancipador da esquerda ao triunfo do que há de mais puro e vivaz na ideologia nazista: o patriotismo ético supostamente apolítico. É justamente pela conexão contraditória existente entre tais acontecimentos que o livro *O Ano em que Sonhamos Perigosamente*, do filósofo esloveno Slavoj Žižek, demonstra-se bastante oportuno, talvez imprescindível.

Assumindo uma posição crítica perante a política e a cultura pós-modernas – especialmente pela mescla inovadora entre Karl Marx e Jacques Lacan – Žižek apresenta nesta obra a categoria dos desempregados como agente potencial da luta emancipatória e engendradora de todo um novo “mapeamento cognitivo” que revela o quanto os supostos “excluídos” do sistema estão bem incluídos no mercado mundial. Algo que, aliás, ocorre com nações inteiras consideradas excluídas (como o autor exemplifica no caso do Congo), mas que se encontram inseridas no processo global de acumulação de capital pela extração em suas terras de matérias-primas para alimentar a indústria das tecnologias de ponta (laptops, celulares, gadgets etc.). Isso prova que, por detrás do “edifício da guerra étnica”, existe uma lógica de “inclusão” promovida pelo capitalismo transnacional que Žižek vê se repetir na “congonização” da Líbia: uma das estratégias do capitalismo atual para “assegurar um fornecimento constante de matéria-prima barata, livre de um

poder estatal forte, é manter o desmembramento do Estado condenado à maldição do petróleo ou dos minerais ricos.”

Dentro deste mesmo processo surge uma segunda categoria que se integra ao populacho desempenhando um “papel organizador fundamental”: os estudantes inempregáveis. E a tragicidade da juventude antifascista – do massacre na Noruega ao assassinato do jovem francês na primeira semana do junho parisiense de 2013 – revela por uma via satânica como a existência de um “exército de reserva” de trabalhadores sem emprego (de “excluídos”) é vital à “totalidade capitalista da produção”, o que, como dito, pode ser estendido a nações inteiras, mesmo que isso custe cotidianamente a vida dos que não pactuam com as consequências perversas de sua existência: o ódio e a violência étnica. Violência étnica que, aliás, ressurge na “guerra cultural”, manifestação mais própria à crença recusada/deslocada de nossa época: a aceitação de determinados valores ou preceitos pela identidade de pertencimento e não pela crença em seu valor ou importância.

Assim, o autor conclui que toda dominação tem sua centralidade na *exploração*, algo pouco remediável pelo instrumental de qualquer democracia “direta”, pois “a ênfase na dominação é um programa democrático, ao passo que o resultado da ênfase na exploração é um programa comunista.”¹ Trata-se, portanto, da falência inevitável de todo um projeto de “outra modernidade alternativa” em um contexto em que “a dominação já está na estrutura do processo de produção”, mesmo que essa dominação não apareça de modo visível e evidente uma vez que exercida indireta e impessoalmente pelo mercado. Isso vale para o ódio ao multiculturalismo (e à ameaça imigrante que refaz posições tomadas por Hitler) como para o novo colapso da crise financeira. O primeiro atingiu seu mais elevado nível com o massacre promovido pelo norueguês “caçador de marxistas”, Anders Behring Breivik, cujo manifesto “*não* corresponde às divagações de um lunático; é simplesmente uma exposição consequente da ‘crise da Europa’”² que serve de fundamento para os extremismos do “populismo anti-imigração”.

Do mesmo modo, e de forma aparentemente desconectada, os distúrbios no Reino Unido em 2011, diretamente desencadeados pela morte suspeita de Mark Duggan, repetem os incêndios de carros nos subúrbios parisienses em

2005. Ainda que não tenham nenhuma mensagem para transmitir, ambos mostram-se como manifestações espontâneas e irracionais de violência destrutiva que trazem de volta à cena da história as camadas de baixo da população por meio de “protestos de nível zero”, violentos e sem qualquer exigência, comprovando que “o capitalismo é a primeira ordem socioeconômica que *destotaliza o significado*: ele não é global no nível do significado.”³ Dessa maneira, as explosões populares de violência teoricamente despropositada são a manifestação de uma “dessublimação repressiva” por meio da qual as paixões humanas apresentam-se destituídas de sua cobertura civilizada, sem perder, contudo, o seu caráter repressivo.

O que vemos no Reino Unido, portanto, “não são homens reduzidos a ‘feras naturais’, mas a ‘fera natural’ historicamente específica, produzida pela própria ideologia capitalista hegemônica, o nível zero do sujeito capitalista.” Com tamanho distanciamento, a única forma de se reconectar com a realidade é, obviamente, a violência bruta que tenta romper com o cinismo plenamente desenvolvido em nossa era: “amotinar-se é fazer uma afirmação subjetiva.” Nas palavras do autor, esses levantes foram “um carnaval consumista de destruição, um desejo consumista violentamente encenado” porque essa foi a única forma de consumir permitida a esses grupos sociais, numa demonstração poucas vezes tão clara de uma “verdade da ‘sociedade pós-ideológica.’” É uma atitude reativa de “fúria impotente e desespero disfarçado de força; é a inveja mascarada de carnaval triunfante.” Caso bem diferente do ocorrido na chamada Primavera Árabe, onde o islamismo foi o principal responsável ideológico pelos rumos assumidos por diferentes movimentos em momentos distintos da história da região.

Tentando especificar as distâncias, Žižek afirma que o Irã “mostrou o que deveria ter sido feito no Iraque”, ainda que hoje o levante popular autêntico dos partidários da revolução de Khomeini se sinta um tanto traído por “um genuíno populista e um fascista islâmico corrupto” como Ahmadinejad. Khomeini vivenciou um “autêntico evento político”, “uma abertura momentânea que desencadeou forças desconhecidas de transformação social, um momento em que ‘tudo parecia ser possível’” e que foi paulatinamente controlado pelo exercício político por parte do *establishment* islâmico. Mesmo

assim, uma opção certamente melhor que o modelo de democratização iraquiano imposto pelos EUA. Já no Egito, o que se viu foi o mesmo movimento na sequência do “apelo secular e universal à liberdade e à justiça”, mostrando-se claramente como uma busca emancipatória de união popular (e não um “apelo para aniquilar o inimigo”). Sua radicalidade residia em não querer apresentar suas proposta ou demandas para o governo, mas reformular toda a estrutura nacional de poder, o que invariavelmente abriu um “verdadeiro antagonismo de longo prazo” entre islamitas e esquerdistas.

Estes permaneceram juntos durante o combate ao *status quo*, mas rapidamente se contrapuseram numa “luta mortal, muitas vezes mais cruel que contra o inimigo comum”. Foi o que se viu na praça Tahrir quando 250 mil pessoas protestaram contra “o sequestro religioso do levante”, o que foi ofuscado pela guerra civil na Líbia e os eventos na Síria, ambos ocultadores de “fortes interesses geopolíticos”. Em passagem textual, “tudo isso aponta na direção da diferença fundamental entre Líbia e Síria e a Primavera Árabe propriamente dita: nas duas primeiras, estava (e está) acontecendo uma rebelião e uma luta de forças em que temos permissão para representar nossas simpatias (contra Gaddafi ou Assad), mas a dimensão da luta emancipatória radical é inexistente.”⁴

Žižek sabe que Walter Benjamin já havia dito que “toda ascensão do fascismo é o testemunho de uma revolução fracassada”. O fascismo é, por si só, a comprovação do “fracasso da esquerda, mas é ao mesmo tempo uma prova de que havia um potencial revolucionário, um descontentamento que a esquerda não foi capaz de mobilizar” e isso vale inclusive para a explicação do “fascismo islâmico” atualmente em crescimento e que corresponde exatamente ao “desaparecimento da esquerda secular nos países muçulmanos”. Para Žižek, a “verdadeira e fatídica” lição das revoltas da Tunísia e do Egito demonstraram que “se as forças liberais moderadas continuarem ignorando a esquerda radical, elas criarão uma onda fundamentalista intransponível.”⁵ Afinal, por detrás de todo o entusiasmo dessas “explosões democráticas” existe uma “luta oculta por sua apropriação” que tenta transformá-las em uma espécie de “revolução de veludo” como as pró-democracia no Leste Europeu. A questão que permanece, portanto, é a de “como essa explosão emancipadora será traduzida em uma

nova ordem social.” Como um impulso de revolta torna-se revolução sem que seus resultados sejam apropriados pela ordem capitalista global em suas formas liberais ou fundamentalista? Talvez seja esse o maior aprendizado com a Primavera Árabe.

A revolução egípcia de 2011 foi sufocada por uma frente formada por exército (que recebeu ajuda financeira dos EUA) e islamitas que “tolerarão os privilégios materiais do Exército e, em troca, ganharão hegemonia ideológica.” A questão que se põe é a de que, mais ou menos hora, as circunstâncias econômicas não resolvidas, empurrarão para as ruas “milhões de pobres, amplamente ausentes nos eventos da primavera, que foram dominados pela jovem classe média instruída.” Diante disso, a indagação que preocupa: “quem conseguirá se tornar a força que comandará a fúria dos pobres, transformando-a em programa político? A nova esquerda secular ou os islamitas?” Mesma questão que reaparece em suas análises do *Occupy Wall Street*, onde ele destaca os perigos do narcisismo (dos manifestantes apaixonarem-se por si próprios e por suas atitudes) e relembra que o verdadeiro teste de valor de toda eventividade “é o que permanece no dia seguinte, ou como nossa vida cotidiana normal é modificada.”⁶ Portanto, a pergunta que atravessa toda sua obra ainda é a de quem serão os agentes dessa “revolução ética” num contexto em que inexiste “um programa positivo para que a nova ordem substitua a antiga.”

A resposta, como indica o autor, tem sido a sugestão de governos “neutros” compostos por tecnocratas despolitizados, encaminhando-se para um “estado de emergência permanente e da suspensão da democracia política”,⁷ como no caso grego que canalizou os movimentos para “pressionar os partidos políticos”, sem se apresentar como uma alternativa à organização da vida social. Sobre isso paira a dúvida que assombra toda a obra: “o que vamos propor no lugar da organização econômica predominante”, ou ainda, onde vamos “procurar os germes do novo naquilo que já existe?” A indicação final de Žižek inspira-se no filósofo francês Alain Badiou e retoma a postura ética do escritor Bartleby de Herman Melville que já foi tratada em *A Visão em Parallaxe*:⁸ é preciso uma afirmação que transcenda o campo específico em que se punha a negação a partir da proposição hegemônica. Sair do campo de possíveis estabelecido pelas premissas compartilhadas pela negociação com a

institucionalidade do poder e abrir um novo campo de forças para gerar uma situação nova.

Somente por aí é possível perceber o que há de comum a todos esses movimentos: o descontentamento geral com o capitalismo enquanto sistema global e sua tendência geral de solapar a democracia. Por isso a disputa não pode se restringir à luta liberal contra os excessos “sem questionar o quadro institucional democrático do Estado de direito (burguês). Essa é ainda a vaca sagrada que nem mesmo as formas mais radicais de ‘anticapitalismo ético’ (o fórum de Porto Alegre, o movimento de Seattle) ousam tocar”. A superação, em seu entendimento, passa pela transcendência da esfera política, devendo contemplar a “rede ‘apolítica’ das relações sociais, do mercado à família, em que a mudança necessária, se quisermos uma melhoria efetiva, não é uma reforma política, mas uma mudança nas relações sociais ‘apolíticas’ de produção.”⁹

Por tudo isso, para Žižek, 2011 foi o ano em que sonhamos perigosamente, pois presenciamos o “ressurgimento da política emancipatória radical em todo o mundo”, o que, com o rápido passar dos meses, demonstrou como “o despertar foi frágil e inconsistente”: “o entusiasmo da Primavera Árabe está atolado em compromissos e no fundamentalismo religioso” e o Occupy Wall Street teve uma “perda imanente de energia.” O que pode ser estendido aos acontecimentos análogos de todo o mundo: “os maoístas no Nepal parecem ter sido vencidos pelas forças reacionárias monárquicas; a revolução ‘bolivariana’ da Venezuela experimenta um retrocesso cada vez maior rumo a um populismo de caudilho”¹⁰ etc. Também por isso é tão importante saber rastrear as pegadas do devir histórico e “manter a abertura radical para o futuro: a abertura, sozinha, leva a um niilismo decisionista que nos força a saltar no vazio”, pois “os sinais comunistas do futuro são sinais de um futuro possível que só se tornará atual se seguirmos esses sinais.”¹¹ Valendo lembrar que, para o autor, na trilha hegeliana, a abertura emancipadora para o futuro só se faz enquanto negação: enquanto “abertura negativa” pela negação da negação.

Notas

* Doutorando em História pela PUC-SP. E-mail: lecanza@yahoo.com.br.

¹ ŽIŽEK, 2012, p. 17.

² *Ibidem.*, p. 42.

³ *Ibidem.*, p. 59.

⁴ *Ibidem.*, p. 77.

⁵ *Ibidem.*, p. 78.

⁶ *Ibidem.*, p. 81.

⁷ *Ibidem.*, p. 84.

⁸ ŽIŽEK, Slavoj. *A visão em paralaxe*. São Paulo. Boitempo, 2008.

⁹ ŽIŽEK, 2012, p. 92.

¹⁰ *Ibidem.*, p. 129.

¹¹ *Ibidem.*, p. 131.